

| | | | em// |
|-----|-----------------|----------------------|-------------|
| | ting the second | um mada. Kan mada | em 13 /12/1 |
| | | | em TST TARE |
| ` ' | | | |

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Redação Final do Projeto de Lei n. 12.909/2013

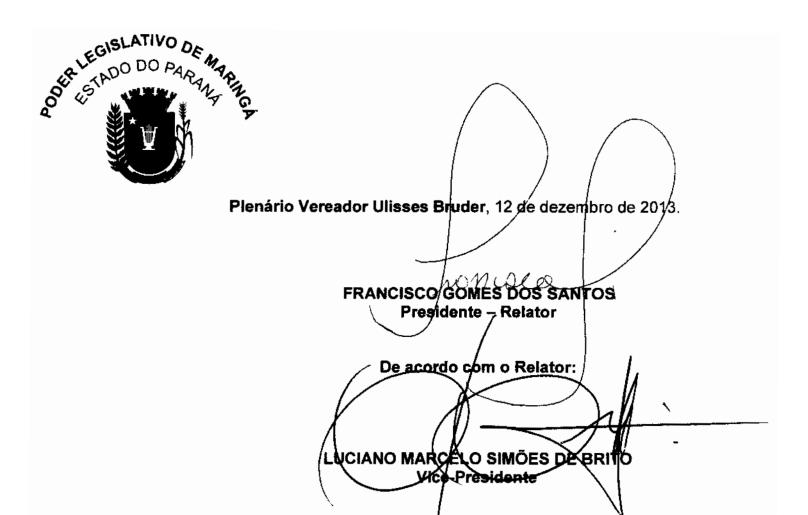
A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, encaminho ao Prefeito Municipal o seguinte:

PROJETO DE LEI N.

Autor: Poder Executivo.

Autoriza o Poder Executivo a realizar concorrência para concessão de direito real de uso, na modalidade concessão administrativa, de área de terras e edificações denominados Parque Internacional de Exposições Francisco Feio Ribeiro, e dá outras providências.

- Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar processo para concessão de direito real de uso, na modalidade concessão administrativa, pelo prazo máximo de 30 (trinta) anos, renovável por mais 5 (cinco) anos, da área de terras e edificações existentes na Gleba Ribeirão Morangueira, lotes n. 92-C-1/93-14, denominados Parque Internacional de Exposições Francisco Feio Ribeiro, devendo em tudo ser obedecidos os preceitos da Lei Federal n. 8.987/95.
- Art. 2.º O processo de concessão de que trata o art. 1.º desta Lei será objeto de licitação, na modalidade concorrência, devendo a minuta do edital, incluindo a respectiva minuta de contrato, ser objeto de audiência e de consulta pública, previamente convocadas, sendo que, antes da abertura do processo licitatório, tanto o edital quanto a minuta do contrato deverão ter autorização legislativa.
- Art. 3.º Os direitos e obrigações das partes deverão constar expressamente da minuta do edital e respectiva minuta do contrato.
- Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





EMENDA MODIFICATIVA N. 01.

Autores: Vereadores.

EMENDA

APROVADO POR UNANIMIDADE

SALA DAS SESSÕES

PRESIDENT

TEOR DA EMENDA:

O artigo 2.º do Projeto de Lei n. 12.909/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º O processo de concessão de que trata o art. 1.º desta Lei será objeto de licitação, na modalidade concorrência, devendo a minuta do edital, incluindo a respectiva minuta de contrato, ser objeto de audiência e de consulta pública, previamente convocadas, sendo que, antes da abertura do processo licitatório, tanto o edital quanto a minuta do contrato deverão ter autorização legislativa."

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 11 de dezembro de 2013.

ADILSON DE JESUS/CINTRA

Vereador-Autor

CARLOS EMAR MARIUCCI

Vereador-Autor

MANOEL AL VARES SOBRINHO

Vereacler Autor

BELINO BRAVIN FILHÓ Vereador-Autor

CARMEN INOCENTE

Vereadora-Autora

Vereador-Autor

OF TADO DO PARANARIO FRANCISCO GOMES DOS SANTOS Vereador-Autor HUMBERTO HENRIQUE Vereador-Autor JONES DARC DE JESUS CARLOS EDUARDO SABOIA greador-Autor Vereador-Autor LUCIANO MARCELO SIMÕES DE BRITO LUIZ CARLOS PEREIRA Vereador-Autor Vereador-Autor SOCREPPA MARIO VERRI Vereador-Autor ULISSES DÉ JESUS MAIA KOTSIFAS Vereador-Autor